

Carreira de Estado será debatida dia 8 de junho

A Comissão Pró-SUS - CFM/AMB/FENAM - promove no dia 8 de junho de 2010, no auditório do CFM, em Brasília, o Fórum das Entidades Médicas

sobre Carreira de Estado. Além dos presidentes das entidades médicas nacionais, estão confirmados os especialistas José Augusto Delgado, Ministro apo-

sentado do STJ, que vai abordar *Aspectos Conceituais e Jurídicos da Carreira de Estado para o Médico*; Aragon Dasso Jr., da Universidade Estadual do Rio Gran-

de do Sul, que faz a conferência *A Saúde e o Estado Brasileiro*; e Roberto Passos Nogueira, pesquisador do IPEA, e presidente do Centro Brasileiro de Estudos

da Saúde, que trata de *Recursos Humanos, Carreira de Estado e Modalidades de Gestão no SUS*.

Mais informações:

(61) 3445-5957

e-mail:

comissoes@cfm.org.br

Assunto está na ordem do dia

A Carreira de Estado para médicos está na ordem dia. Na Câmara dos Deputados tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 454/09, dos deputados Eleuses Paiva (DEM-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), que cria a carreira de médico nos serviços públicos federal, estadual e municipal. No Ministério da Saúde, aguarda-se a criação de Grupo de Trabalho que irá discutir a Carreira Médica Na-

cional do Sistema Único de Saúde.

Atualmente são consideradas típicas de Estado carreiras sem correspondência na iniciativa privada, responsáveis por atividades exclusivamente públicas, nas áreas de gestão, auditoria e jurídica. São de Estado as carreiras que, devido às suas peculiaridades, natureza, grau de responsabilidade e complexidade, representam reservas de qualificação no setor

público. No caso da Medicina, além da valorização profissional, a carreira de Estado pode ser uma forma de enfrentar o problema da alta rotatividade, da baixa adesão e da precarização do trabalho do médico em localidades do interior do país, nas periferias dos grandes centros, na atenção básica e no programa Saúde da Família

PEC 454

A PEC 454 estabelece as seguintes

diretrizes para a organização da carreira de médico de Estado: **1)** a atividade só poderá ser exercida por ocupantes de cargos efetivos, contratados por concurso público; **2)** o piso salarial dos médicos será fixado em lei e reajustado anualmente; a ascensão funcional será baseada, alternadamente, em critérios de merecimento e antiguidade; **3)** o exercício do cargo em regime de dedicação exclusiva,

com autorização para ocupar outro cargo ou função apenas no magistério; **4)** a proibição de receber honorários ou qualquer outro tipo de remuneração de pessoas físicas ou jurídicas.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ainda irá analisar a admissibilidade da PEC 454. Se aprovada, a proposta será examinada por comissão especial e, depois, votada em dois turnos pelo Plenário da Câmara.

Divulgação do PCCV foi ampliada

A FENAM recebeu do CFM 10 mil exemplares do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos para Médicos (PCCV). Importante referência para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o setor privado, o PCCV/FENAM contou com

consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na sua elaboração e traz orientações para a estruturação e descrição de cargos, remuneração (vencimento, salário e gratificações), capacitação, avaliação, desenvolvimento de

carreira e mobilidade dos médicos.

“Esperamos que a FENAM possa usar esses exemplares como instrumento de divulgação e de trabalho junto aos governos e às entidades médicas, visando a discussão e mobilização para im-

plementação do PCCV para os médicos de todo o país”, apontou Aloísio Tibiriçá, vice-presidente do CFM e coordenador da Comissão Pró-SUS.

“A produção desses exemplares vai permitir que um número significativo de médicos

possa ter acesso ao PCCV. É uma grande ferramenta que interfere de maneira contundente no processo que nós temos vivenciado, a precarização do trabalho médico”, ressaltou Eduardo Santana, segundo vice-presidente da FENAM.

Diretrizes para a saúde do trabalhador do SUS

Com a participação de representantes dos médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da saúde, além de órgãos do governo, o comitê nacional criado para elaborar diretrizes

para a Política Nacional de Promoção da Saúde dos Trabalhadores do SUS, teve sua última reunião nos dias 10 e 11 de maio em Brasília.

Desde janeiro vem sendo discutido texto que estabelece as dire-

trizes que previnem os riscos de trabalho dos profissionais de saúde do setor público

“Será uma avanço o Estado adotar políticas de promoção e prevenção voltadas ao trabalhador da saúde.

Afinal, os cuidadores também precisam ser cuidados”, destacou o vice-presidente da FENAM, José Erivalder Guimarães de Oliveira, membro do Comitê.

O texto final será encaminhado à Mesa Na-

cional de Negociação Permanente do SUS e ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Depois, seguirá para o Ministério da Saúde, que edita as diretrizes que passarão a vigorar ainda em 2010.

O direito das médicas residentes gestantes

Recebeu parecer favorável do relator, deputado Dr. Paulo César (PR-RJ), na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei

7.055/2010, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), que assegura à médica residente gestante licença maternidade de 180 dias, com a prorrogação da bolsa

pelo mesmo período. O PL tramita apensado ao Projeto de Lei 6.146/2009, do mesmo parlamentar, que visa criar uma bolsa natalina para os médicos residentes.

As médicas-residentes já têm direito à licença-gestante. O projeto propõe que, a exemplo de trabalhadoras de empresas e da administração pública, sua duração seja

estendida para 180 dias. A compensação do tempo ao final da residência, como prevê o projeto, eliminará a possibilidade de lacunas na especialização da profissional.

CBHPM no SUS: o exemplo de Belo Horizonte

A partir de uma demanda emergencial _a existência de mais de 56 mil pacientes em fila de espera para cirurgia eletiva, que soma-se à demanda mensal de 3.700 cirurgias _ a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, após negociação com as entidades médicas e prestadores locais, destinou um aporte de recursos que re-

presentou um aumento médio de 250% em relação à tabela do SUS. Para 21 procedimentos, as referências foram os valores da banda mínima da 5ª edição da CBHPM.

Um exemplo: por uma cirurgia de varizes que valia R\$ 400,00 na tabela SUS, a Prefeitura, com base na CBHPM, passou a pagar R\$1.000. A medida, que alia o incentivo

a metas de produção e qualidade, contempla 23 hospitais, 15 especialidades, 110 equipes cirúrgicas e 564 médicos de Belo Horizonte.

O secretário municipal de Saúde de BH, Marcelo Teixeira, disse que a idéia é implantar essa nova lógica de remuneração na Prefeitura, mantendo a política de incentivos mesmo

após o término da fila de cirurgias. “Além da dimensão financeira, esperamos contar com os médicos na construção de uma política de reorganização do processo de trabalho”, conclui.

Para Márcio Bichara, representante da FENAM na Comissão Nacional Pró-Sus, “o exemplo de BH mostra que o gestor já começou a enxer-

gar a CBHPM como solução para problemas do SUS. “Mostra também que o caminho é a negociação adequada à realidade de cada gestor, respeitando a CBHPM como referencial, com foco na eliminação das distorções entre a tabela SUS e a nossa classificação, mas sem determinar tabelamento ou aumento linear”.

Acupuntura realizada por outros profissionais da saúde

Embora a acupuntura seja uma especialidade médica reconhecida, em 2006, ao aprovar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, por meio da portaria Nº 971, o Ministério da Saúde sugeriu que tratava-se de “prática de caráter multiprofissional”.

A mesma ameaça volta agora na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que aprovou no dia 12 de maio que o exercício da acupuntura pode ser feito por profissionais de nível superior em qualquer área da saúde, desde que tenham especialização reconhecida por conselhos federais. Também autoriza a prática por técnicos em acupuntura que estudaram em instituições reconhecidas e por profissionais que já vinham exercendo a profissão por no mínimo cinco anos. O texto aprovado é o substitutivo da deputada Aline Corrêa (PP-SP) ao Projeto de Lei 1549/03, do deputado Celso Russomanno (PP-SP), e outras propostas apensadas.

As entidades médicas irão atuar contrariamente à proposta, que tramita em caráter conclusivo e segue para as comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Urgência e emergência são temas de Fórum no CFM

No dia 24 de junho de 2010, no auditório do Conselho Federal de Medicina, em Brasília, acontece o seminário *Trabalho Médico de Urgência e Emergência no Sistema Público de Saúde*, com a presença das entidades médicas, profissionais que atuam na organização dos serviços de urgência e emergência, representantes do Ministério da Saúde; do Conass, que reúne os secretários estaduais de saúde e do Conasems, entidade que representa os secretários municipais de saúde.

Com o objetivo de discutir o aprimoramento da política de assistência médica na urgência e emergência, serão abordados os temas regulação do sistema, classificação de risco e formação do médico de emergência.

Mais informações: (61) 3445-5957 – e-mail: comissoes@cfm.org.br

Rumo ao ENEM, o Encontro Nacional de Entidades Médicas

Marcado para os dias 4 e 5 de junho em Belém (PA), o encontro regional Norte/Centro-Oeste será a última etapa que precede o ENEM. Já ocorreram o Pré-Enem Nordeste, em Natal (RN), e o Pré-Enem Sul-Sudeste, em São Paulo.

Conforme sugestão do Roteiro de Organização do XII Enem, 13 Estados realizaram encontros estaduais Pré-Enem, mesmo não sendo obrigatórios. Sistematizados, os relatórios dos Estados subsidiaram as discussões dos encontros

regionais Pré-Enem. Confira a seguir algumas das propostas aprovadas nas etapas regionais que serão levadas ao ENEM.

Ensino: “Apoiar o processo de avaliação atualmente empregado pelo MEC, conforme as diretrizes do INEP, da SESU e da Comissão de Especialistas, com sanções rigorosas para os cursos mal avaliados, incluindo a diminuição de vagas e o fechamento de escolas, se necessário.”

Residência: “Lutar para garantir uma vaga e bolsa de Re-

sidência Médica nas áreas gerais para cada egresso dos cursos de Medicina.”

Diplomas: “Defender a revalidação obrigatória para todo diploma médico obtido no exterior, sem adoção de mecanismos diferenciados conforme o país.”

Carreira: “Defender a implantação do PCCV e da carreira de Estado.”

CBHPM: “Adoção da CBHPM, como referência, incluindo reajustes anuais baseados em índice oficial para a totalidade dos

procedimentos médicos executados.”

Precarização: “Combater a precarização do trabalho médico em suas diversas modalidades, incluindo as terceirizações, falsas cooperativas e a obrigatoriedade de pessoa jurídica.”

Financiamento do SUS: “Lutar pela regulamentação imediata e urgente da Emenda Constitucional 29, dando fim ao subfinanciamento da saúde. Pelo cumprimento da destinação para a saúde de 15% do orçamento municipal, 12% do estadual e 10% do orçamento

da União direcionado ao Setor Saúde.”

Pontos polêmicos: Pelo menos dois temas deverão ser motivo de intenso debate no ENEM, pois há posições divergentes entre os encontros já realizadas: a forma de avaliação dos cursos de graduação em Medicina, especialmente a realização de exame obrigatório ao final do curso; e a gestão de hospitais e serviços do Sistema Único de Saúde por meio de OSs, OSCIPs e Fundações.

XII ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES MÉDICAS

De 28 a 30 de julho de 2010, em Brasília

Local: Associação Médica de Brasília, DF – Setor de Clubes Sul, Trecho 3, Conjunto 6

Temas: formação médica; mercado de trabalho e remuneração; SUS, políticas de saúde e relação

com a sociedade.

Formato: três dias, com realização de conferência; mesa-redonda, debate, 10 grupos de trabalho e plenária temática.

Participantes: 450 delegados, sendo 150 da

área associativa (AMB), 150 dos conselhos de Medicina (CFM) e 150 dos sindicatos médicos (FENAM). Também são esperados 30 observadores (10 indicados por cada entidade médica nacional)

e convidados.

Resultados: estão previstos um Relatório Final com as deliberações; a *Carta de Brasília*, com a síntese do ENEM, e a *Carta dos Médicos aos Candidatos*, com propostas do movimen-

to médico para a saúde, a ser divulgada durante o evento em solenidade para a qual serão convidados os principais candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro de 2010.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá Miranda . **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Peixoto Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cláudio B. Souto Franzen, Eduardo Santana, Florentino Cardoso Filho, Frederico Henrique de Melo, Hermann V. Tiesenhausen, José Fernando Maia Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Costa Bichara, Mauro Luiz de Brito Ribeiro, Renato Azevedo Júnior, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes, Wirlande Santos da Luz .

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

Tel: (61) 3445-5957 Fax: (61) 3246-0231 – e-mail: comissoes@cfm.org.br